

Intervenção educativa, cidadania e imigração: Dos discursos normativos à perspectiva dos jovens

Norberto Ribeiro¹, Carla Malafaia¹, Tiago Neves¹ & Isabel Menezes¹

¹ Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo:

A dupla natureza – inclusiva e exclusiva – da cidadania tem justificado uma importante reflexão sobre a relação entre democracia, identidade e imigração, reconhecendo-se que os imigrantes são frequentemente excluídos de direitos de cidadania e exortando-se à sua inclusão. Este debate tem tido repercussões nas políticas europeias e nacionais sobre a imigração, e na importância atribuída ao estímulo à participação dos imigrantes, em geral, e dos jovens, em particular. Neste trabalho confrontam-se os discursos dos normativos de vários organismos portugueses com os discursos de jovens imigrantes sobre as suas oportunidades e experiências de participação cívica e política.

Palavras-chave: Participação Cívica e Política, Jovens e Imigração

1. Introdução

Assumimos nesta comunicação uma posição que corresponde à análise que Pedro Ferreira (2006) realiza a respeito de uma presença insistente do conceito de cidadania no seio das ciências sociais, quando ao fazer a sua leitura se refere a ele como sendo “tão popular nas ciências sociais que aparece repetidamente no contexto de análises acerca dos problemas das sociedades contemporâneas, da problematização das questões identificadas como marcando a vida em comum ou no contexto das soluções apontadas para os desafios e dilemas que se colocam às comunidades” (p. 152). Neste contexto, identifica-se um conjunto de autores que se tem debruçado sobre este domínio, (cf. Battistoni, 1997; Benhabib, 1999; Delanty, 2003; Dhaliwal, 1996; Greene, 2005; Silva, 2000; B. C. Smith, 1998; Youniss, McLelland, & Yates, 1997), atribuindo centralidade ao conceito de cidadania nos estudos que desenvolvem sobre as questões da participação cívica e política.

Apesar de o conceito de cidadania não ser novo no domínio das ciências sociais, consideramos que este continua a fazer todo o sentido quando se reflecte sobre a democracia. Digamos que a democracia é um estádio que se procura permanentemente alcançar e cuja proximidade ou distância terá que ser pensada também na relação com o exercício da cidadania dos indivíduos, que fazem valer os direitos e os deveres que lhes estão contemplados enquanto cidadãos, ou então que se encontram impedidos de os fazer valer por se encontrarem vedados a eles. A democracia será, portanto, um estádio que se encontra na condição permanente de estar por-vir (cf. Derrida, 2004), plasmando-se aqui a ideia de que essa condição de democracia será sempre um ideal a atingir, trata-se de uma ideologia inacabada que implica uma permanente reinvenção e redefinição dos seus desígnios e de si própria. Conferindo maior robustez ao que atrás se foi dizendo, Derrida (2004) afirma que “no tempo necessariamente finito da política e, portanto, da democracia, a democracia por vir não significa, por certo, o direito a deferir, mesmo que em nome de uma qualquer ideia reguladora, a experiência da democracia, e muito menos a sua injunção” (p. 29).

Tendo em consideração a manifesta preponderância que a cidadania apresenta para o processo democrático e para a democracia enquanto sistema ideológico, interessa-nos trazer para aqui o conceito de cidadania, assumindo-se, com efeito, a sua dupla natureza, ora de inclusão, ora de exclusão. A tensão observada a partir do conceito de cidadania apresenta a sua justificação no quotidiano das pessoas, que fazem especial menção a ele quando remetem o seu discurso para os seus “direitos”, para os seus “deveres”, ou então quando implicitamente o fazem emergir através do seu silêncio. Contudo, ela ganha ainda maior relevo para os imigrantes, reconhecendo-se que nesse jogo tênsil são frequentemente excluídos dos seus direitos, rompendo desse modo com o princípio basilar das democracias: “o princípio da não discriminação daqueles que são diferentes da maioria” (Nata, 2007, p.23). A diferença que, reiterando Menezes e Carneiro (2004), constitui o *alimento* da democracia (p. 36).

Em conformidade com esse entendimento sobre a posição particular que os imigrantes muitas vezes apresentam na sociedade, posição, essa, que vem desafiando a própria condição de democracia, uma vez que estão inseridos numa estrutura social que apesar de se supor ser de inclusão, os exclui, existe uma linha

de pesquisa que se tem dedicado exclusivamente a essa temática e que tem vindo a ganhar espessura à medida que o fenómeno da imigração se assume como uma realidade incontornável e muito provavelmente cada vez mais generalizada¹. Nesse âmbito, têm sido desenvolvidas algumas pesquisas em contexto português que evidenciam a influência que as oportunidades políticas e institucionais das sociedades têm sobre a participação dos imigrantes (Sardinha, 2007; Teixeira e Albuquerque, 2005), o que de resto se assemelha ao que se tem propalado em outros contextos internacionais (cf. Ireland, 1994; Soysal, 1994; Geddes, 2000; Koopman & Statham, 2000; Hooghe, 2005; Schrover & Vermeulen, 2005). Interessa, portanto, sublinhar aqui a importância das oportunidades na participação dos imigrantes, num sentido mais lato, no exercício concreto da cidadania. Partindo desta relação que a literatura de forma insistente identifica, parece ganhar assim alguma fundamentação o facto de o objectivo proposto para o presente estudo colocar em diálogo os discursos normativos e as perspectivas dos imigrantes, mais especificamente, jovens imigrantes.

Assim, acopladas à ideia de que os jovens imigrantes se constituem como um grupo de risco no que se refere à exclusão e que, com efeito, integram fortes probabilidades de não estarem a exercer a sua cidadania, influenciados, como acima se sublinhou, pelas oportunidades que lhes são concedidas, encontram-se outras duas ideias que têm sido amplamente identificadas pela literatura e que concorrem para a justificação da temática aqui analisada. A primeira ideia refere-se ao facto de os jovens apresentarem níveis baixos de participação (cf. Magalhães, 2008; Ferreira e Menezes, 2004; Sofia Veiga e Menezes, 2008; Azevedo e Menezes, 2009); a segunda relativa ao declínio da participação e aumento da apatia política (cf. Blais & Dobrzynska, 1998; Curtice, 2005; Dalton, 2000; Franklin, 2002; International IDEA, 2004; MacFarlane, 2005; Putnam, 2000; Ostrom, 2000; Skocpol, 2003), remetendo esta última para uma análise mais generalizada das sociedades. Associada ainda às três ideias atrás enunciadas, encontra-se uma

¹ Numa era em que a troca de bens, serviços se dá a uma velocidade vertiginosa onde as pessoas não só fazem parte dela, como são elas próprias que imprimem o ritmo através da negociação de bens e consequentemente através de melhores condições de vida, estima-se que sejam cerca de **mil milhões de migrantes** que se deslocam no sentido de proporcionarem a eles próprios e às famílias que frequentemente os acompanham uma vida melhor (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009).

quarta que ‘denuncia’ a existência de lacunas na investigação sobre participação cívica e política de imigrantes (cf. Teixeira & Albuquerque, 2005; Gropas & Triandafyllidou, 2008), o que de certa forma se constitui como factor instigador de estudos com este objecto de análise.

2. Contextualização e opções metodológicas

A análise preliminar que seguidamente apresentamos insere-se no âmbito de um projecto internacional (“Processes Influencing Democratic Ownership and Participation”) que envolve oito países europeus (Portugal, República Checa, Bélgica, Suécia, Reino Unido, Itália, Turquia e Alemanha) e cujo principal objectivo se refere à compreensão dos processos psicológicos, sociais e culturais que promovem e/ou inibem a participação cívica e política dos jovens imigrantes. No caso português, os grupos em que o estudo se focará serão os angolanos, os brasileiros e os portugueses de origem indiana.

Este projecto interessa-se particularmente pelo nível de interesse, preocupação e envolvimento por parte de jovens imigrantes relativamente a questões da esfera política e cívica. Tenta-se perceber, cumulativamente, as oportunidades e os obstáculos sentidos no quotidiano que afectem esta participação e envolvimento. Em suma, o projecto debruçar-se-á sobre o envolvimento e a participação a nível político e cívico de grupos considerados minoritários (jovens, mulheres, migrantes/ etnias) – sendo que neste caso o foco incidirá sobre os jovens dos três grupos referidos. A investigação neste domínio mostra que as formas convencionais de participação política tem decaído nos últimos anos, a par do aumento da apatia política e da não confiança na democracia e suas instituições políticas.

Para se promover a cidadania activa é necessário que se compreenda, o mais completa e informadamente possível, de que modo se concebe e constrói o papel de cidadão/ã, de que forma se desenvolve o sentido de pertença e de participação nas suas comunidades, bem como a experiência subjectiva subjacente a esse papel e sentido de pertença. Neste sentido, pretende-se, através de um conjunto de metodologias perceber-se a que nível se encontra o “capital político” (Zukin et al., 2006) dos jovens imigrantes no nosso país, para que seja possível intervir com base nele. Zukin et al. (2006) ao propor a variável do capital político, está a referir-se à

atenção concedida à política, ao conhecimento que se tem acerca dela, ao sentido de eficácia política, ao partidarismo e ao senso de dever cívico.

Para que se alcance estes objectivos, o projecto basear-se-á num pluralismo metodológico (Barker e Pistrang, 2005), ou seja, os métodos de investigação qualitativos e quantitativos serão igualmente privilegiados nesta construção compreensiva a que nos propomos. Concordamos com Fiske e Shweder (1986) quando os mesmos defendem o valor da diversidade metodológica, já que o conhecimento é, como os autores mencionados sublinham, proveniente de uma variedade de fontes. Neste sentido, incorporar o pluralismo na investigação científica representa uma valorização das possibilidades que a diversidade traz consigo.

No caso deste projecto recorrer-se-á principalmente a quatro métodos de investigação: o grupo de discussão focalizada, a análise documental, as entrevistas em profundidade e os inquéritos por questionário. Assim, pretende-se combinar aquilo que as metodologias qualitativas e quantitativas têm de melhor, embora difiram quando à forma e à ênfase, como sublinha José Luís Neves (1996), elas não são excludentes. A pesquisa qualitativa é bastante útil para firmar conceitos e objectivos a serem alcançados, bem como dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade, já que apresenta uma mistura interessante de procedimentos de cunho racional e intuitivo que contribuem numa melhor compreensão dos fenómenos. Segundo Luck, Wales e Taylor (1970), a pesquisa qualitativa aliada ao método de pesquisa quantitativa pode ter bastante utilidade para o estudo de determinados assuntos, consideramos que a participação política e cívica é um deles, em que a abordagem exploratória e fenomenológica se encontram no percurso de investigação.

No que respeita ao *focus group* – ou grupo de discussão focalizada – que terá, a par com a análise documental, mais relevo na comunicação que aqui se apresenta, ele se refere a uma discussão moderada em que se introduz um tópico a um grupo que direcciona a sua discussão sobre esse tema de forma não estruturada e o mais natural possível (Parasuraman, 1986 *cit. in* Giovinazzo, 2005). O foco de análise é a interacção dentro do grupo, em que os/as participantes se influenciam mutuamente pelas ideias colocadas, estimulados/as por comentários ou questões que vão surgindo, inclusive por parte do/a moderador/a. O sinergismo, a

estimulação, a interacção, a espontaneidade e a flexibilidade adquirem alcance neste método (Mattar, 1993 *cit. in* Giovinazzo, 2005). Neste espaço discutir-se-ão as dimensões que emergiram de dois grupos de discussão focalizada realizados a jovens imigrantes angolanos, situados na faixa etária dos 20 aos 26 anos, tratando-se maioritariamente de jovens universitários/as. Colocar-se-á aqui em relação os discursos destes/as jovens sobre as suas oportunidades e experiências de participação cívica e política com os discursos institucionais provenientes de vários organismos portugueses.

Este último elemento provém então de uma das etapas de trabalho do projecto que se prende com a análise documental. Os documentos que aqui intervirão são cinco: o Relatório de actividades de 2007 do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (A.C.I.D.I.)²; a Lei nº 23/2007 de 4 de Julho da Assembleia da República; o Plano de Integração dos Imigrantes, a Resolução do Conselho de Ministros nº63-A/2007; o Plano Nacional da Acção para a Inclusão (2006-2008); o Plano de actividades de 2009 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (S.E.F.). A análise documental constitui-se como um procedimento importante na investigação qualitativa, seja complementando informações obtidas por outros procedimentos de recolha de informação, seja desvendando aspectos novos. Os documentos «não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto» (Ludke e André, 1986: 39). Partindo-se do pressuposto de que a linguagem não é um meio neutro de reflectir ou descrever o mundo, assume-se que o discurso desempenha um papel importante na construção da vida social (Gill, 2002). Assim, dos documentos analisados, realçámos dimensões que considerámos serem relevantes no encontro dialógico que quisemos criar com os discursos dos/as jovens³.

O discurso político cristaliza-se nas decisões e constrói-se através de uma linguagem que promove um interesse (aparentemente?) público e universal, mas que pode ocultar a real heterogeneidade da sociedade composta por interesses diversos. Neste sentido, vale a pena tentarmos desconstruir o discurso oficial,

² Esta é a designação actual do precedente Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (A.C.I.M.E.)

³ Pretendemos fazer aqui uma análise inspirada na abordagem teórico-metodológica da 'Análise do Discurso' (Fairclough, 2003) – ver ponto 3 desta comunicação: "Discursos em diálogo..."

textos ideológicos e culturais construídos num determinado contexto político e histórico (Magalhães, 2008). Apesar de não ser este o tempo ou o espaço apropriado para uma análise no sentido de descortinar os significados não facilmente identificáveis nos documentos políticos – já que maioritariamente o significado de um texto não corresponde à intenção do seu autor (Ibidem) –, parece-nos que perceber até que ponto estes discursos se encontram com os discursos dos jovens, pode constituir-se num primeiro passo valioso para nos aproximarmos das suas reais condições de participação cívica e política.

3. Discursos em diálogo...

Neste capítulo coloca-se em diálogo os discursos institucionais com os discursos dos jovens. Os discursos institucionais analisados através de documentos (análise documental) produzidos por instituições públicas e colocados na esfera pública para sua leitura, e os discursos dos jovens analisados através de grupos de discussão focalizada que para além de nos possibilitar o acesso à opinião individual ou mesmo aos compromissos individuais, tem também em consideração ao que emerge das interações entre os elementos do grupo, colmatando o facto de os indivíduos poderem ser somente encarados como átomos “divorciados” dos seus contextos sociais (Tonkiss, 2006).

Para colocar em contraste os discursos institucionais e os discursos dos jovens, optámos por assumir uma abordagem teórica-metodológica que se enquadra na ‘*Análise do Discurso*’ preconizada por Norman Fairclough (2003). Esta abordagem baseia-se na assunção de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialecticamente interconectada com outros elementos, constituindo-se, portanto, como dimensão que terá de se ter sempre em conta na análise social e na investigação (p. 2). A linguagem assume um papel central na leitura e no entendimento que se faz sobre a realidade social, apresentando-se muitas vezes em forma de textos publicamente divulgados. Assim, pretendemos desenvolver uma abordagem que não se preocupará exclusivamente com os textos *per se*, procurando também ter em consideração os processos interactivos de produção de significados. Processos, esses, que podem ser separados em três elementos analíticos: a produção do texto, o texto propriamente dito, e a recepção do texto. O primeiro elemento relativo às intenções, identidade, etc. do autor do texto, o

segundo atinente ao texto em si, e, por último, o terceiro elemento caracterizado pelo trabalho interpretativo do leitor e do ouvinte. Interessa, no entanto, relevar, ainda na esteira de Fairclough (2003), que os significados são produzidos não na esfera individual e hermética de cada elemento analítico, mas na sua interacção, tendo desse modo em conta a posição institucional, interesses, valores, desejos, etc. dos produtores; a relação entre os elementos dos diferentes níveis no texto; e as posições institucionais, conhecimento, intenções, valores, etc. dos receptores. (pp. 10-11)

Não obstante, convirá salientar, a abordagem teórica-metodológica (*Análise do Discurso*) que pretendemos colocar nesta análise que é, sublinhe-se, preliminar, não tem a pretensão de trazer à tona a ‘verdade imaculada’ do interior dos discursos, mas sim a de procurar constantemente ampliar e melhorar, assumindo pelo contrário uma postura que considera que o conhecimento que se irá produzir sobre os textos é necessariamente parcial e incompleto. Esta dimensão de incompletude ainda se torna mais robustecida se tivermos também em atenção de que o que é ‘dito’ num texto é sempre fundado no que ele deixa implícito⁴, o que nos faz reconhecer a existência de todo um campo que não é explícito, que está de certa forma invisível por debaixo das aparências semânticas e gramaticais dos textos e que se constitui, por isso, de um acesso menos previsível que se baseia na acção de interpretação dos receptores (entenda-se leitores e ouvintes, ou no nosso caso investigadores no papel de analisadores) que é sempre limitada pelo seu conhecimento, atitudes, intenções, valores, etc., deixando certamente muitas outras interpretações arredadas de poderem ser contempladas. Neste contexto, devemos aceitar que as categorias, as análises propriamente ditas, que aqui iremos apresentar, serão sempre provisórias e, portanto, abertas a alterações (p. 15).

Tentando, assim, apresentar uma postura analítica em conformidade com a abordagem teórica-metodológica da *Análise do Discurso*, procurámos contrastar os discursos institucionais com os discursos dos jovens. Na consecução deste

⁴ Esta noção do que está implícito num texto e que, de certa forma, se constitui como fundamentação do próprio, é trabalhada por Fairclough (2003) no conceito de ‘intertextualidade’, fazendo a seu respeito notar que em qualquer texto particular, ou qualquer tipo de texto, existem sempre outros textos, outras vozes potencialmente relevantes e potencialmente incorporadas nos próprios textos. Quando o discurso, o escrito ou o pensamento de outro é reportado, então dois textos diferentes, duas vozes diferentes são colocadas em diálogo e potencialmente duas perspectivas diferentes, objectivos diferentes, interesses diferentes e assim por diante. (pp. 47-48)

exercício emergiram três *Eixos Temáticos* que decorrem da identificação de determinadas *assumpções* em ambos os discursos, isto é em ambos textos. Entenda-se por *assumpção* aquilo que são os significados implícitos que se ‘infiltram’ nos textos assumindo-se, desse modo, como uma propriedade de considerável importância social (p. 55). Todavia, as *assumpções* que de certa forma fizeram emergir os eixos temáticos nem sempre, dentro de cada uma delas, resultaram de uma convergência linear entre os discursos institucionais e os discursos dos jovens. Por outras palavras, cada *assumpção* (significados implícitos nos textos) decorreu da sua própria identificação quer num discurso, quer noutro, apesar de nem sempre esses mesmos discursos convergirem quanto ao sentido. Isto é, nem sempre os discursos institucionais e os discursos dos jovens ‘convergem’ uns com os outros a respeito das *assumpções* que eles próprios fizeram emergir.

Posto isto, passaremos a apresentar, em forma de quadros, os três *Eixos Temáticos* colocando em evidência aquilo que nós chamamos de *convergências* e *divergências* entre os dois discursos aqui em análise. Em concreto, e em bom rigor, apresentaremos primeiramente (do lado esquerdo) os discursos institucionais que contribuíram para a emergência de cada eixo (para a emergência das *assumpções*) para depois apresentar os discursos dos jovens (do lado direito) e sobre eles identificar a sua convergência⁵ ou divergência⁶ relativamente aos primeiros. Claro está, que se trata de uma análise preliminar e, por isso, ainda mais sujeita à incompletude subjacente a qualquer tipo de análise. Para ilustrar melhor a postura que se pretende assumir nesta análise, afigura-se de todo pertinente recorrer às próprias palavras de Fairclough (2003) que fazem realçar que

“Devemos assumir que nenhuma análise de um texto nos pode dizer tudo o que pode ser dito acerca dele. Em termos críticos realistas, devemos distinguir o ‘real’ do ‘empírico’, e não assumir que a natureza e

⁵ Para identificar a nossa interpretação dos discursos dos jovens como sendo de convergência com os discursos institucionais, iremos colocar à frente de cada citação um símbolo que consiste em duas setas cujo sentido aponta uma para a outra, isto é, cujo sentido se encontra, converge (►◄).

⁶ Para identificar a nossa interpretação dos discursos dos jovens como sendo de divergência, iremos colocar um símbolo que consiste em duas setas cujo sentido aponta para direcções opostas, isto é, cujo sentido se desencontra, diverge (◄►).

as propriedades reais dos eventos e dos textos são exaustivamente apropriados por aquilo que se vê deles a partir de uma perspectiva particular e num período de tempo específico. Mas o que esta análise esperançosamente nos mostra é como diferentes categorias analíticas e perspectivas podem ser combinadas produtivamente de forma a incrementar a nossa capacidade de ver coisas no texto”⁷ (p. 202).

Coesão/ Inclusão Social

Discursos Institucionais	Discursos dos jovens
<p><i>“Garantir a inclusão social activa de todos, através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão de pessoas e dos grupos marginalizados” (PNAI 2006-2008, p. 7)</i></p> <p><i>“Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos imigrantes em Portugal, com vista à sua integração com dignidade, em igualdade de oportunidades com todos os cidadãos nacionais” (ACIDI-IP, 2007, p. 16)</i></p> <p><i>“Tendo como objectivo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, pretende-se dinamizar, com as diferentes estruturas, quer do Estado quer da sociedade civil, um trabalho conjunto para um Portugal mais solidário e inclusivo” (Plano para a integração dos imigrantes, 2007, p. 1)</i></p> <p><i>“Prevenção da reincidência de comportamentos desviantes e de actividades ilícitas por jovens descendentes de imigrantes tutelados pela Direcção-Geral de Reinserção Social” (Plano para a integração dos imigrantes, 2007, p. 9)</i></p>	<p><i>“O ano passado promoveram alguns formadores, eu estava na lista, eu estava com duas colegas [...] essa minha colega era a gerente, ela sempre mostrou ser uma pessoa porreira para mim [...] depois ela mais alguns tiveram a lata de dizer que eu não podia subir porque era negro” ◀▶</i></p> <p><i>“Alguns negros cá têm problemas com a polícia porque não tem espaço na sociedade para eles e daí eles transformam-se naquilo que se transformam” ◀▶</i></p> <p><i>“eu como imigrante não posso ser verdadeiro, não posso dizer o que sinto em relação ao meu colega, ‘tu não podes opinar’, ‘não posso opinar porquê?’ ‘porque não és de cá’, está mal ◀▶</i></p> <p><i>“eu acho que acima de tudo tem que haver consciência dos governantes, hoje aprova-se uma lei, amanhã vem outro governo, já é outra, o PS agora está no governo, a lei da nacionalidade está vigente, amanhã se vier o Portas que tem uma política anti-imigração, as leis já mudam” ◀▶</i></p> <p><i>“acho que nós imigrantes, damos mais nas vistas só pela via do crime, vou ser sincera. Aí sim são ouvidos” ▶◀⁸</i></p>

⁷ Tradução livre dos autores: “We should assume that no analysis of a text can tell us all that might be said about it. In critical realistic terms, we should distinguish the ‘actual’ from the ‘empirical’, and not assume the real nature and properties of events and texts are exhausted by what we happen to see in them form a particular perspective at a particular point in time. But what this analysis has hopefully shown is how different analytical categories and perspectives can be productively combined to enhance our capacity to see things in text” (p. 202).

⁸ Justificando a interpretação de convergência que fazemos da específica citação relativamente aos discursos institucionais, importa dizer que ela se faz na medida em que a identificação por parte dos jovens de uma certa relação entre imigração e criminalidade converge com os discursos institucionais quando se alude à “Prevenção da reincidência de comportamentos desviantes e de actividades ilícitas por jovens descendentes de imigrantes tutelados pela Direcção-Geral de Reinserção Social” (Plano para a integração dos imigrantes, 2007, p. 9). É neste contexto que identificamos convergência.

Envolvimento dos imigrantes nas políticas de imigração

Discursos Institucionais	Discursos dos jovens
<p><i>"Promover o diálogo com as Associações de Imigrantes em Portugal, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 251/2002" (ACIDI IP, 2007, p. 118)</i></p> <p><i>"Opção pela participação e co-responsabilidade dos imigrantes na concepção, desenvolvimento e avaliação das políticas de imigração, considerando o associativismo imigrante como expressão primeira da participação dos imigrantes" (Plano para integração dos imigrantes, 2007, p. 1)</i></p>	<p><i>"para haver mudança é preciso saber o que realmente se passa, assim como estamos aqui a falar agora, é sentar, saber quais são os problemas, saber o que é que se passa para mudar (...) era bom que se metesse na pele das pessoas, já que não dá, pelo menos ouvir" ◀▶</i></p> <p><i>"Eu acho que as políticas aqui ainda são feitas não a pensar na diversidade cultural, mas sim mais nos portugueses" ◀▶</i></p>

Estatuto Legal

Discursos Institucionais	Discursos dos jovens
<p><i>"Numa política de imigração ajustada ao novo contexto, Portugal, adequa a legislação nacional às recentes directivas comunitárias, procurando deste modo, entre outros, atribuir um estatuto jurídico aos estrangeiros igual ao do cidadão português, simplificar e tornar mais transparente o processo de legalização e aumentar a protecção de vítimas contra o tráfico de seres humanos" (PNAI, 2006-2008, p. 69)</i></p> <p><i>"É criado um único tipo de visto que permite ao seu titular entrar em Portugal para fixação de residência, facilita-se a imigração regular, alarga-se o regime de atribuição de autorização de residência com dispensa de visto, estabelecem-se mecanismos para a defesa e apoio a vítimas de tráfico, criam-se limites genéricos à expulsão. Entre outros, transpõem-se para a legislação portuguesa diversas directivas comunitárias, nomeadamente no que diz respeito ao estatuto de residente de longa duração" (ACIDI-IP, 2007, p. 9) – referência à Lei nº23/ 2007</i></p> <p><i>Ação de promoção de recenseamento de todos os imigrantes elegíveis para participação política nas eleições autárquicas (Plano para a integração dos imigrantes, 2007, p. 13)</i></p>	<p><i>"Eu acho que nós como imigrantes devíamos votar, eu moro cá há 12 anos, por amor de deus (...) " ▶◀</i></p> <p><i>"As políticas de imigração portuguesa nos últimos tempos têm vindo a melhorar [...] não podemos fazer essa comparação [com os brasileiros] porque os acordos que Portugal tem com o Brasil... são muito melhores em comparação com Angola...e Cabo-Verde também tem melhores acordos" ▶◀</i></p> <p><i>"a lei da nacionalidade fez bem...trouxe muita coisa positiva. Agora um bebé que nasça aqui também é português, antes não [...] a nossa nacionalidade abre-nos portas, temos a possibilidade de sermos portugueses, temos esses direitos também" ▶◀</i></p> <p><i>"Eu tenho cartão único e sinto-me, já posso votar e estou ansioso para o fazer" ▶◀</i></p> <p><i>"Mas são poucos como ele [...] pois é, mas há muitos africanos que não se sentem [cidadãos de plenos direitos]" ◀▶</i></p>

4. Considerações finais

Para finalizar, pensamos então ser possível avançar com algumas ilações que, ainda que não sejam de natureza conclusiva, concedem algumas pistas no que respeita aos eixos temáticos que emergiram da análise.

No que se refere à **coesão e inclusão sociais**, os/as jovens imigrantes angolanos/as consideram que os/as imigrantes não são ouvidos/as no que concerne às políticas de imigração, além disso, sentem que a população nacional

não legitima a participação daqueles/as na sociedade portuguesa devido à condição de imigrante e/ou à cor de pele. Apesar disto, os/as jovens parecem ter atenção relativamente ao campo político português, manifestando uma desacreditação relativamente a esta esfera, chegando-se a afirmar não “haver consciência dos governantes”. Ainda assim, manifestam uma concordância no que toca à ligação da população imigrante com a criminalidade. As afirmações acerca dos ‘governantes’ parecem corroborar os resultados do estudo realizado por Marzia Grassi (2009) que nos dizem que os jovens dos PALOP não confiam no governo português, considerando que há muito pouca atenção dada aos imigrantes por parte dele, afirmando-se a existência de desconfiança nas relações humanas dos jovens em movimento do continente africano para Portugal.

Esta relação dos/as jovens imigrantes com a política portuguesa tem que ver também com o eixo do ***envolvimento dos imigrantes nas políticas de imigração***. Ora, de facto, apesar de nos documentos institucionais se repetir a importância da existência de diálogo e participação por parte da população imigrante na esfera política, os discursos dos/as jovens imigrantes consideram veementemente que a política portuguesa não procura ouvir as suas vozes, algo essencial para que ela seja efectiva, pois “para haver mudança é preciso saber o que realmente se passa”, como nos dizem, realçando ainda que apenas se tem em conta a população portuguesa.

No que respeita ao ***estatuto legal*** dos imigrantes, os discursos dos jovens parecem tender a convergir com os discursos institucionais, uma vez que em ambos se identifica a mais valia de uma estrutura legal no sentido de concretizar reais condições equitativas de participação cívica e política (e.g., direito de voto, lei da nacionalidade, cartão do cidadão). No entanto, alguns/as jovens não consideram ter acesso a essas condições, parecendo isto dever-se à sua condição de imigrantes, assinalando-se que “há muitos africanos que não se sentem [cidadãos de plenos direitos]”.

Deslocando agora a análise a um nível mais global dos documentos, consideramos importante referir que os documentos institucionais analisados parecem, muitas vezes, limitar-se a subscrever as políticas de imigração europeias, sendo que ao procurarmos uma análise crítica das mesmas, deparamo-nos com uma ausência

nesse campo⁹. Um segundo ponto a referir tem que ver com a relativa concepção dos documentos analisados como manifestos de intenções, mais do que guias concretos de operacionalização das mesmas (exceptuando a Lei nº 23/ 2007). Ou seja, sublinha-se e projecta-se constantemente vontades que nos parecem do conhecimento geral (como é o caso da necessidade de promover a inclusão social, erradicar a exclusão social ou assegurar os direitos e a participação da população imigrante na sociedade), mas nem sempre se propõem medidas concretas para a concretização destes objectivos, o que nos pode eventualmente levantar a dúvida acerca das intenções reais daqueles que produzem os documentos.

Estes são então os principais contributos que esta análise preliminar oferece. No entanto, há que sublinhar o carácter relativo destes mesmos contributos, circunscrevendo-os às condicionantes que também permeiam esta análise, uma vez que ela, como já se referiu é somente preliminar, baseando-se em grupos de discussão focalizada constituídos maioritariamente por jovens universitários/as e também num conjunto de documentos de instituições públicas que, de algum modo, é limitado, pois tratam-se apenas de cinco documentos.

Estando esta análise preliminar integrada num projecto europeu, é importante, por último, darmos conta dos próximos passos que iremos dar nesta fase do projecto referente à análise documental. Esta, de acordo com o que se encontra previsto no projecto, será mais aprofundada através da integração de documentos não só de instituições públicas, mas também de instituições privadas, como por exemplo as Organizações Não Governamentais. Além disto, incluir-se-á também documentos que se debrucem sobre jovens (imigrantes), o que nos possibilitará cruzar os diversos discursos envolvidos promovendo uma análise mais abrangente e profunda sobre os mesmos relativamente às oportunidades de participação.

⁹ Aqui, podemos referir, como termo de comparação, que este elemento provavelmente se tornará flagrante a partir do momento em que se tem em conta documentos de Organizações Não Governamentais a propósito das políticas europeias, aparecendo neles a dimensão crítica com mais destaque – esta afirmação deve-se à leitura de alguns documentos de ONG's que se realizou numa fase posterior à análise que comporta esta comunicação.

Referências bibliográficas

Azevedo, M. C. (2009). *Experiências de participação dos jovens: um estudo longitudinal sobre a influência da qualidade da participação no desenvolvimento psicológico*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Barker, Chris & Pistrang, Nancy (2005). Quality Criteria Under Methodological Pluralism: Implications for Conducting and Evaluating Research. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 35, Nº ¾.

Beverly Ann Gaddy (2005), Democracy and a Politics of the Impossible: Derrida and Don Quixote, *University of Pittsburgh at Greensburg*, pp. 1-29.

Blais, A. & Dobrzynska, A. (1998), Turnout in electoral democracies, *European Journal of Political Research*, 33, pp. 239-61.

Carneiro, N. S., & Menezes, I. (2004). Paisagens, Caminhos e Pedras: Identidade Homossexual e Participação Política. In A. F. Cascais (Ed.), *Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, pp. 117-141.

Curtice, J. (2005). Turnout: electors stay home – again. In P. Norris & C. Wleizien (Eds.), *Britain Votes* (pp. 120-129). Oxford: Oxford University Press.

Dalton, R. J. (2000). Citizen attitudes and political behaviour, *Comparative Political Studies*, 33, pp. 912-940.

Derrida, Jacques (2004), Rogues: Two Essays on Reason, trad. Pascale-Anne Brault e Michael Naas Stanford, California: Stanford UP in Michael O'Rourke (2006), O que há de tão queer na teoria queer por-vir?, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 76, pp. 12-140.

Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*, Routledge: Taylor & Francis Group, London and New York.

Ferreira, Pedro (2006). *Concepções de cidadania e experiências de participação na sociedade civil: uma perspectiva do desenvolvimento psicológico*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Franklin, M. (2002). The dynamic of electoral participation. In L. leDuc, R.G. Niemi & P. Norris (Eds.), *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*, London and Thousand Oaks, CA: Sage Publications, pp. 148-168.

Gill, R. (2002), “Análise do discurso”. In M. W. Bauer e G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*, Petrópolis: Vozes.

Giovinazzo, Renata (2005). Focus Group em pesquisa qualitativa – fundamentos e reflexões. *Ser professor universitário*. Disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1319> (consultado a 5 de Fevereiro de 2010).

Grassi, Marzia (2009). Capital social e jovens originários dos PALOP em Portugal, *Imprensa de Ciências Sociais*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Green, D.P. & Gerber, A.S. (2004). *Get Out the Vote! How to Increase Voter Turnout*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

International IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance) (2004). *Voter Turnout in Western Europe since 1945: A Regional Report*, Stockholm: International IDEA.

Luck, David, Wales, Hugh & Taylor, Donald (1970) *Marketing Research*. New Jersey: Prentice-Hall e Englewood Cliffs.

Ludke, Menga; André, Marli E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, São Paulo, SP: EPU.

MacFarlane, B. (2005). The disengaged academic: the retreat from citizenship, *Higher Education Quarterly*, 59, 296-312.

Magalhães, António M. (2008). Governo e instrumentos de governação em educação. *A Página da Educação*, Vol.17 nº 177, pp.9.

Magalhães, P., Moral, J. (2008). Os jovens e a política: um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, *Universidade Católica Portuguesa, CESOP*.

Nata, Gil (2007). *Diferença Cultural e Democracia. Identidade, Cidadania e Tolerância na Relação entre Maiorias e Minorias*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Neves, José Luís. Pesquisa Qualitativa (1996). Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. V. 1, No 3, 2.

Ostrom, E. (2000). Crowding out citizenship, *Scandinavian Political Studies*, 23, 1, pp. 3-16.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*, Coimbra, Edições Almedina, S.A.

Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

Sardinha, J. (2007). Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal, *University of Oldenburg, POLITIS Working paper 7*.

Skocpol, T. (2003). *Diminished Democracy. From Membership to Management in American Civic Life*, Norman: University of Oklahoma Press.

Teixeira A., & Albuquerque, R. (2005) Active Civic Participation of Immigrants in Portugal, *Report prepared for the European research project POLITIS*, Oldenburg.

Tonkiss, F. (2006). Using Focus Groups, SEALE, Clive (Org.) *Researching Society and Culture*. 15, London, Thousands Oaks, New Delhi: SAGE Publications, pp 194-206.

Veiga, C. S. M. da (2008). *O impacto do envolvimento dos estudantes universitários em actividades extra-curriculares no empowerment e no desenvolvimento cognitivo-vocacional*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Youniss, J., McLellan, J.A. & Yates, M. (1997). What we know about engendering civic identity, *American Behavioral Scientist*, 40, 620-631.

Zukin, C., Keeter, S., Andolina, M., Jenkins, K., & Dell Carpini, M. (2006). *A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen*. Oxford: Oxford. University Press.

Contacto para correspondência:

Norberto Ribeiro

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto PORTUGAL
norberto@fpce.up.pt

Carla Malafaia

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto PORTUGAL
carla.malafaia@hotmail.com